

AS CONTRIBUIÇÕES DA PRÁTICA PSICOPEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Fabricia Zanelato Bertolde

RESUMO

O processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual no ensino regular tem sido um tema mundial e amplamente discutido na área da educação no final do século XX e início do século XXI. No Brasil esse tema fortaleceu-se com a Declaração de Salamanca (1994), sendo um ganho para o movimento pela inclusão. As crianças com deficiência intelectual têm dificuldades graves tanto para aprender quanto de caráter geral, e isso requer o ajuste da educação observando as particularidades de cada aluno. Os ajustes em metodologia, nas atividades, nos materiais e nos agrupamentos flexíveis devem acontecer de acordo com a necessidade de cada aluno. Dessa forma, o objetivo desse estudo é analisar o contexto da inclusão escolar atual acreditando que o psicopedagogo pode ser um profissional que possa agregar conhecimento nesse processo, pois ele contribui com a escola no sentido de lidar com a diversidade, acrescentando novos valores, levando professores e alunos a acreditarem que todos são capazes de aprender. Tal levantamento teórico possibilitará aos profissionais da área da educação a desenvolverem um olhar crítico acerca da inclusão de alunos com deficiência, com o objetivo de conscientizar e refletir sobre a educação inclusiva. O resultado desta pesquisa é o de promover mudanças de paradigma no que se diz a respeito à aprendizagem do indivíduo com deficiência no contexto escolar regular. O aporte teórico para tal estudo teve como fonte; consultas livros, artigos científicos, leis e sites especializados que contribuíssem para a resposta aos objetivos propostos.

Palavras chaves: Deficiência intelectual, intervenção psicopedagógica, aprendizagem.

Introdução

Atualmente observa-se que a inclusão de alunos com Deficiência Intelectual ainda é um grande desafio. A expressão deficiência intelectual passou por várias alterações, no decorrer da história, à medida que novos conhecimentos foram sendo produzidos pelas ciências. O primeiro empasse que encontramos para relatar sobre a deficiência intelectual (D.I.) é a maneira correta de como classificá-la. A deficiência intelectual já foi tida com várias outras nomeações como retardo mental, excepcional, retardado, deficiente, entre outros.

A deficiência intelectual é uma das deficiências mais encontrada em crianças e adolescentes, atingindo 1% da população jovem (VASCONCELOS, 2004). Caracterizada pela redução no desenvolvimento cognitivo, ou seja, no QI, normalmente abaixo do esperado para a idade cronológica da criança ou adulto, acarretando muitas vezes um desenvolvimento mais lento na fala, no desenvolvimento neuropsicomotor e em outras habilidades. De acordo Honora e Frizanco, (2008), “a deficiência intelectual não é considerada uma doença ou um transtorno psiquiátrico, e sim um ou mais fatores que causam prejuízo das funções cognitivas que acompanham o desenvolvimento diferente do cérebro”.

Seu diagnóstico necessita do envolvimento de grupos de fatores biomédicos, etiológicos, comportamentais, sociais e educacionais. O diagnóstico de deficiência mental está a cargo de médicos e psicólogos clínicos, realizando-se em consultórios, hospitais, centros de reabilitação e clínicas. Equipes interdisciplinares de instituições educacionais também o realizam. (CARVALHO, 2007)

Para Vygotsky (1996), há potencialidade e capacidade nas pessoas com deficiência, mas entende que, para estas poderem desenvolvê-las, devem ser oferecidas condições materiais e instrumentais adequadas. Com isso, deve-se oferecer a tais pessoas uma educação que lhes oportunize a apropriação do conhecimento, para melhores possibilidades de desenvolvimento.

Cada criança é um ser único, as crianças com deficiência intelectual merecem um olhar individualizado levando-se em consideração suas limitações, suas necessidades, mas não somente o que ainda não consegue realizar com autonomia, mas levar em consideração a bagagem que essas crianças possuem e o que já possuem de autonomia para realizar sozinhas.

O tempo necessário para o aprender do aluno com deficiência intelectual é um tempo diferenciado, as questões cognitivas, psicológicas e neurológicas precisam ser levadas em conta para que os educadores compreendam esses momentos diferenciados de cada aluno. Nesta perspectiva surge a psicopedagogia que segundo Corso (2013) “é uma área que estuda e lida com os processos de aprendizagem humana, fazendo-se valer de uma gama de conhecimentos de várias ciências, mas sem perder de vista o fator educativo”.

A psicopedagogia é um campo de conhecimento que se propõe a integrar, de modo coerente, os conhecimentos e princípios de diferentes áreas, abrindo sua intervenção em distintos campos, atua com confluência na área da educação e saúde utilizando métodos, instrumentos e recursos próprios para compreender, promover, diagnosticar e intervir nos processos individuais ou grupais de aprendizagem. Fagali (2006) destaca:

É importante enfatizar, no primeiro plano, que os estudos e atuações psicopedagógicas se diferem das demais áreas do saber e do atuar pelo enfoque dado ao processo de aprendizagem, considerando seu desenvolvimento, suas implicações e desvios, assim como articulações entre os fatores psicoemocionais e os processos cognitivos e pedagógicos. (p. 14)

Do ponto de vista de Jorge Visca (1897), a Psicopedagogia tem em seu perfil um caráter independente e complementar, possuindo o processo de aprendizagem como seu objeto de estudo, adotando recursos diagnósticos, corretivos e preventivos próprios, acreditando que nesse processo há participação dos

aspectos biológicos com disposição afetivas e intelectuais que interferem o desenvolvimento do sujeito, a sua relação com o outro, com meio e com o desejo de aprender. O desenvolvimento da aprendizagem vai decorrer influenciado pelas relações sociais e familiares, condições orgânicas, culturais, estímulos e vivências de cada sujeito. Para Rubinstein (1999), “a Psicopedagogia tem como meta compreender a complexidade dos múltiplos fatores envolvidos nesse processo (de aprender)”.

É de interesse da psicopedagogia compreender como ocorrem os processos de aprendizagem e entender as possíveis dificuldades encontradas neste movimento, não se restringindo aos estudos das dificuldades e transtornos de aprendizagem e, sim, engloba a perspectiva preventiva da aprendizagem. Segundo Rubinstein (2003), “a intervenção psicopedagógica pretende despertar o desejo de aprender, o qual, uma vez construído, será o motor que promova o desenvolvimento”. A psicopedagogia visa auxiliar o professor a ter uma visão mais abrangente das necessidades de cada aluno, encarando-se com toda a complexidade que lhes caracteriza e buscando compreendê-las a partir de um interjogo de fatores (sociais, psicológicos, familiares, pedagógicos, orgânicos) que podem atuar como facilitadores ou inibidores da aprendizagem.

Para Batista e Mantoan (2006) a deficiência mental desafia a escola comum no seu objetivo de ensinar, de levar o aluno a aprender o conteúdo curricular, construindo o conhecimento. O aluno com essa deficiência tem uma maneira própria de lidar com o saber, que não corresponde ao que a escola preconiza. Na verdade, não corresponder ao esperado pela escola pode acontecer com todo e qualquer aluno, mas os alunos com deficiência mental denunciam a impossibilidade de a escola atingir esse objetivo, de forma implícita. As outras deficiências não abalam tanto a escola comum, pois não tocam no cerne e no motivo da sua urgente transformação: considerar a aprendizagem e a construção do conhecimento acadêmico como uma conquista individual e intransferível do aprendiz, que não cabe em padrões e modelos idealizados.

O aluno com deficiência intelectual tem dificuldade de construir conhecimento como os demais e de demonstrar a sua capacidade cognitiva, principalmente nas escolas que mantêm um modelo conservador de ensino e uma gestão autoritária e centralizadora.

Nesta perspectiva, percebe-se a importância da intervenção do psicopedagogo na aprendizagem desse aluno, pois os caminhos são repletos de obstáculos, dúvidas e incertezas, entretanto percebeu-se que a união dos profissionais que lidam com esse aluno poderia contribuir para o desenvolvimento de sua

aprendizagem. Assim, esse estudo tem o objetivo de analisar o contexto da inclusão escolar atual acreditando que o psicopedagogo pode ser um profissional que possa agregar conhecimento nesse processo, pois ele contribui com a escola no sentido de lidar com a diversidade, acrescentando novos valores, levando professores e alunos a acreditarem que todos são capazes de aprender.

Metodologia

Para o desenvolvimento e realização da pesquisa optou-se por abordar estratégias metodológicas que norteassem “[...] o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade [...]” segundo proposto por Minayo (2000). Para essa autora, o ato de pesquisar é uma atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade, pois é a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Quanto aos meios a pesquisa é bibliográfica, onde fará a necessidade de se recorrer a livros, periódicos, revistas, hipertextos entre outros. Quanto à abordagem classifica-se em uma pesquisa qualitativa por se precisar fazer a interpretação dos dados colhidos.

O estudo realizou-se em uma Escola Municipal que abrange os segmentos da Educação Infantil e Fundamental I, localizada no município de Eunápolis/Bahia, esta escola foi selecionada para participar por ser onde a pesquisadora atualmente exerce a função de psicopedagoga, e também pelo fato da escola abranger alunos que apresentam deficiência intelectual que participaram da observação.

Resultados e Discussão

A inclusão de alunos com deficiência intelectual na sala de aula regular é um desafio para o sistema educacional. A chegada dessas crianças com necessidades educacionais especiais produz indagações no cotidiano escolar. É preciso repensar as práticas pedagógicas, adequações físicas e formação dos professores. Para que a ação de incluir aconteça realmente, é essencial que a escola tenha condição e que gestores, professores e a comunidade escolar estejam atentos a todos os aspectos que são fundamentais no processo de inclusão desse aluno.

Conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008, p.8) destaque que:

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específica para atender as suas necessidades, assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e: a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica a “possibilidade

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (artigo 24, inciso v) e “[...] oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37).

Nesta perspectiva, para que o processo de aprendizagem da criança com deficiência intelectual aconteça de maneira significativa a instituição escolar juntamente com todos os envolvidos neste processo precisam demonstrar verdadeiro comprometimento, tornando fundamental as discussões para o replanejamento das ações pedagógicas.

Nesse sentido, Vygotsky (1998, p. 118) esclarece que “O aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de aprendizagens que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer”.

Destarte, a metodologia a ser usada na escolarização da criança com deficiência intelectual, deve considerar em princípio, um trabalho de qualidade com ensino de qualidade, levando-se em conta os saberes que foram construídos, sem distanciar-se de seus limites e fazer as compensações em colaboração com seu desenvolvimento, com base no comportamento natural defeituoso, aprimorar com técnicas significativas para desenvolver habilidades para possa superar o defeito (VYGOTSKY; LURIA, 1996, p. 221).

“A noção de aprendizagem envolve portanto, (...) comportamentos (...) relacionados a conceitos psiconeurológicos, como estímulos, condicionamentos, discriminação, memória, e (...) vai também depender do nível de cognição.” (DIAMENT, 2007, p. 417).

A aprendizagem destas crianças depende de critérios de orientação, sistematização e de frequência. Toda a ação educativa se deve levar em consideração as especificidades, no sentido de reforçar o sucesso das aprendizagens, por meio de uma planificação adequada às capacidades da criança. (JESUS, 2012) A repetição de aprendizagens em diferentes ambientes será também um fator relevante e vantajoso, para que a criança com deficiência intelectual abstraia e generalize as aprendizagens, compreendendo conceito em diferentes contextos. Com a finalidade de procurar atingir o sucesso nas situações de aprendizagem, ao organizar as atividades, torna-se fundamental que o adulto considere a persistência e a possibilidade de simplificar a tarefa, no sentido de inibir o fracasso. (GUIMARÃES & SANTOS, 2013, p. 39)

Pensando na aprendizagem significativa das crianças com deficiência intelectual o trabalho psicopedagógico concebido no ambiente escolar traçará alternativas metodológicas e procedimentos didáticos que viabilizará a inclusão dessas crianças, através de atendimentos multidisciplinares, incluindo o atendimento psicopedagógico. Esses atendimentos são de extrema importância ao serem realizados no ambiente educacional, pois segundo Weiss (2008), através da atuação de vários profissionais

engajados e estudando com afinco as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelas crianças com necessidades educacionais especiais, permitirá maior propriedade em examinar os fatores orgânicos e psicológicos que desencadeiam essas dificuldades, com a contribuição de uma discussão satisfatória entre a equipe.

A atuação psicopedagógica dentro da instituição escolar inclusiva acontece sob uma prévia observação do indivíduo que está sendo assistido, por meio da compreensão da situação apresentada. Dessa forma, a fundamentação decorrente de conhecimentos/pressupostos epistemológicos consubstanciará na elaboração do informe psicopedagógico com situações concretas, planejando ações organizadas no intuito de escolher alternativas flexíveis para intervir nas dificuldades de aprendizagem, com o uso de critérios adotados, bem como objetivos a serem alcançados, respeitando as características biológicas da criança com deficiência intelectual, para serem desenvolvidas na escola de ensino regular.

O psicopedagogo em consonância com os profissionais, escola e pais terá oportunidade de modificar a percepção destes em relação à criança com deficiência intelectual, auxiliando-os no sentido de lidar com a diversidade, acrescentando novos valores, levando professores e alunos a acreditarem que todos são capazes de aprender.

A parceria estabelecida entre psicopedagogo, profissionais e pais implica em um respeito mútuo, baseando-se na troca de experiências salutares diante destas crianças, através do compartilhamento de informações e, até mesmo de sentimentos.

Como se pode observar, o contexto onde as crianças com necessidades educacionais especiais estão inseridas, é o mesmo contexto de todos, com suas convergências, contradições, dificuldades e alegrias, tornando-se irrelevante o psicopedagogo na Educação Especial segregá-las, ou então protegê-las ao modo de reforçar (in)consequentemente suas limitações (BEYER, 2006). Assim, a práxis psicopedagógica dentro da instituição escolar correlacionada as ações que viabilizaram a convivência das crianças com deficiência intelectual de maneira pacífica, respeitando as diversidades e diferenças culturais e biológicas, através do rompimento de paradigmas excludentes ao admitir o multiculturalismo perante o social foi de extrema importância.

O professor da escola regular, com a substanciada colaboração do psicopedagogo buscou integrar-se positivamente na perspectiva inclusiva, colocando-se a disposição de, a cada passo, planejar e rever suas estratégias de ensino, a fim de reformular e adequar os interesses da turma, que também está em constante alteração. Com essa mudança de atitude pode-se vislumbrar resultados positivos no processo

de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual.

Nesse contexto, os professores que trabalharam com os alunos alvos da observação, possuíam objetivos curriculares a serem alcançados no prazo de um ano de acordo com a proposta curricular pertinente a série em que o aluno estava matriculado (ano de 2017). Contudo, as metodologias planejadas no Plano de Desenvolvimento Individual ao longo do ano necessitaram ser redirecionadas frequentemente, a fim de atender e despertar os interesses de aprendizagem.

Compreende-se que a atuação do psicopedagogo escolar tem grande sucesso quando seu trabalho não é solitário, assim sua atuação deverá estar ligada ao auxílio tanto no desenvolvimento do aluno, quanto à capacitação da escola, orientando os pais e realizando parcerias, com outros profissionais que atendam esses alunos, favorecendo, assim, uma parceria que irá beneficiar o processo de ensino e aprendizagem. “O trabalho psicopedagógico atua não no interior do aluno ao sensibilizar para a construção do conhecimento, levando em consideração os desejos do aluno, mas requer também uma transformação interna do professor” (FAGALI, 1992).

As pessoas com necessidades educacionais especiais percorreram uma longa jornada até que pudessem sentar nos bancos escolares. A visão da sociedade em relação à pessoa com deficiência esta mudando, dessa forma o papel da educação escolar em relação a essas pessoas também precisa de novos olhares e novas práticas. Na verdade, possibilitar as diferenças é um desafio. A escola apresenta-se como um espaço sociocultural, em que as diferentes presenças se encontram e este se torna um espaço privilegiado para a cidadania. Todavia, mudanças precisam acontecer com todos que se envolvem com a aprendizagem do aluno com necessidade educacional especial, pois muitos professores do ensino regular consideram-se incompetentes para trabalhar com esses alunos (MONTAAN, 2006).

Neste contexto, muitos educadores “ainda tem medo” do processo de inclusão, pois este implica na mudança estrutural do sistema educacional, exigindo não apenas mudanças atitudinais, como também mudanças da política educacional, nas metodologias de ensino e de aprendizagem, na organização curricular e na flexibilidade do mesmo. Sendo assim, a mudança necessária não é somente do professor, mas de todo o sistema.

“(…) a inclusão implica uma mudança na perspectiva educacional, porque não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos. Todos sabemos, porém, que a maioria que não vem do ensino especial, mas que possivelmente acabarão nele”, (MONTAAN, 1997)

Assim, observa-se que a inclusão escolar é a capacidade de entender e reconhecer o outro e, ter o privilégio de aceitar e conviver com pessoas diferentes, compartilhando experiências que possibilitem seu desenvolvimento social e educacional.

Conclusões

Analisando a nossa história, percebe-se que a aceitação das diferenças (sociais, culturais, étnicas, religiosas...) era algo que não acontecia, esse pensamento começou a modificar-se na atualidade. De acordo com as mudanças na sociedade, a forma de pensar e agir conseqüentemente também começou a mudar.

Nosso público alvo possui um comprometimento cognitivo, mas essa limitação não o impede de desenvolver diversas atividades que podem ajudá-lo a integrar o mundo da aprendizagem.

Nesta perspectiva, ao concluir as observações foi possível constatar que esses alunos, quando submetidos a um acompanhamento psicopedagógico e multidisciplinar, além das atividades nas salas de recurso multifuncionais e mediação pedagógica planejada e flexibilizada, a partir das vivências de cada aluno, eles demonstravam interesse pelos conteúdos ministrados em sala de aula e, com isso, melhoram seu relacionamento com os colegas e professores, de tal forma que se tornavam mais independentes e estimulados a participarem das atividades propostas em sala de aula.

Portanto, a realização do trabalho psicopedagógico na educação especial tende a auxiliar todos os envolvidos na práxis educativa possibilitando um trabalho com mais propriedade, analisando os avanços, retrocessos, dificuldades e progressos desses alunos. Dessa forma, o processo de ensino-aprendizagem destas crianças agrupado a uma concepção psicopedagógica visa a mobilização e aplicação de conhecimentos acadêmicos úteis para o desenvolvimento de suas estruturas cognitivas, sociais, afetivas e motrizes atribuindo funções corroborativas ao serem incluídas em situações relacionais, como também nos tratamentos de informações e na participação da vida em sociedade.

Em suma, a presença do psicopedagogo na educação especial é de extrema acuidade, pois poderá contribuir mediante a um contexto multidisciplinar em um ambiente educacional inclusivo através do atendimento à criança com necessidades educacionais especiais em parceria e/ou com o auxílio de outros profissionais, incluindo sua família e, englobando satisfatoriamente a escola de ensino regular e os professores, em vista de apoiá-la efetivamente no processo de ensino-aprendizagem e na inclusão desta na sociedade.

Entende-se que a educação de crianças com deficiência intelectual, apesar de todo direcionamento inclusivo ainda continua insatisfatório em vários aspectos do desenvolvimento, precisando de uma reestruturação em toda a conjuntura educativa por meio de uma prática inovadora com estratégias diferenciadas de trabalho. Visto que a inclusão permite que a criança com deficiência intelectual se torne cada vez mais independente, melhorando a autoestima, seu cognitivo, a consciência corporal e a socialização com outras pessoas. Pois, pela inclusão, essas crianças tem a possibilidade de ampliar seu processo de aprendizagem, sua verbalização e sua comunicação, internalizando novos conhecimentos tendo a oportunidade de desenvolver-se integralmente.

Deste modo, entende-se que apesar das considerações deste estudo sobre a inclusão das crianças com deficiência intelectual, na escola regular e seu desenvolvimento no processo de aprendizagem, o mesmo merece maiores reflexões e aprofundamento, além das enaltecidas aqui, em decorrência de haver pequena quantidade de produções científicas relacionadas ao trabalho do psicopedagogo na educação de crianças com necessidades educacionais especiais, visto que as discussões sobre o tema em questão são de extrema importância.

Referências

- AAMR.(American Associationon Mental Retardation).**Retardo mental - definição, classificação e sistemas de apoio**. 10ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Ministério da educação. Disponível em: portal.mec.gov.br.
- BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola**: de alunos com necessidades educacionais especiais. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.
- CARVALHO, Fabrícia Bignotto de; CRENITTE, Patrícia Abreu Pinheiro; CIASCA, Sylvia Maria. **Distúrbios de aprendizagem na visão do professor**. Revista Psicopedagogia, v. 24, n. 75, p. 229-239, 2007.
- CORSO, Luciana Vellinho. **Aprendizagem e desenvolvimento saudável**: contribuições da Psicopedagogia In: Espaços psicopedagógicos em diferentes cenários, p. 99-120, 2013.
- DIAMENT, Aron. **Aprendizagem e deficiência mental**. In OHLWELER, Lygia, RIESGO, Rudimar dos Santos, ROTTA, NewraTellechea (2007). Transtornos da Aprendizagem. Abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar. Porto Alegre. Artmed Editora S. A.. P. 417- 422.
- FAGALI, Eloísa. **A construção do curso de Psicopedagogia Clínica e Institucional**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1992.
- FAGALI, Eloísa Quadros. **Desafios da aprendizagem do segundo milênio**: articulações entre o micro e macrossistema e contribuições da Psicopedagogia Institucional nos contextos da família, da saúde e da empresa. **Aprendizagem**: tramas do conhecimento, do saber da subjetividade. Maria Irene Maluf (coord.). Petrópolis RJ: Vozes: São Paulo: Associação Brasileira de Psicopedagogia, 2006.

GUIMARÃES, R. C. M.; Santos, J. N. S. **O lúdico como instrumento facilitador no processo de aprendizagem de crianças com deficiência intelectual.** 65 f.: Il.Paço do Lumiar, 2013.

HONORA M. & FRIZANCO M. L., **Esclarecendo as deficiências:** Aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva. Ciranda Cultural, 2008.

JESUS, Ivone das Dores de et al. **ANALISANDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO.** 2012.

MONTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MANTOAN, M. T. E. (org.). **A Integração de pessoas com deficiência:** contribuições para uma reflexão sobre o tema, São Paulo: Memnon, 1997.

RUBINSTEIN, E. R. (org). **Psicopedagogia: uma prática, diferentes estilos.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

RUBINSTEIN, E. R. **O estilo de aprendizagem e a queixa escolar:** entre o saber e o conhecer. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

SÁNCHEZ, P. A. A educação inclusiva: um meio

SESP/SEED/ MEC, **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar:** A escola Comum Inclusiva, Frascículo I, Brasília, 2010.

VASCONCELOS, M. M. **Retardo mental.** Jornal de pediatria, Porto Alegre, v. 80, n.2, p. S71-S82. Abr. 2004.

VISCA, Jorge. **Clinica Psicopedagógica: epistemologia convergente.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1897.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** 6ª edição. São Paulo: Martins, 1998.

VIGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, Aleksandr Romanovich. **Estudos sobre a história do comportamento:** o macaco, o primitivo ea criança. Artes médicas, 1996.

WEISS, M. L. L. **Psicopedagogia clínica:** uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. 13. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.